

**AS ORIGENS DA TEORIA DO PODER CONSTITUINTE: um resgate da obra
de Siéyes e suas múltiplas releituras pela doutrina publicista continental**

Juliana Diniz Campos¹

RESUMO

O trabalho se propõe a reconstruir o pensamento de Emmanuel-Joseph Sieyès acerca do poder constituinte, no contexto da revolução burguesa vivida na França no século XVIII. O objetivo central é identificar a origem histórica da teoria do poder constituinte, fixando os conceitos originais a fim de que se possa analisar criticamente as releituras que foram produzidas pela doutrina publicista continental nos séculos XIX e XX. Reconhece-se a figura de Sieyès como um importante pensador da filosofia política cuja contribuição foi determinante para a concepção moderna de constituição, bem como do seu processo democrático de construção a partir dos processos constituintes. O trabalho se insere num projeto amplo de pesquisa e rediscussão da teoria clássica do poder constituinte, a fim de que se possa avaliar até que ponto a teoria tradicional pode dar conta das realidades constitucionais contemporâneas e das demandas sociais e políticas vividas na ocasião da mudança da ordem constitucional.

PALAVRAS-CHAVE: Poder constituinte. Sieyès. Teoria da Constituição.

**THE ORIGIN OF THE CONSTITUENT POWER THEORY: READING
SIEYÈS' WORKS AND ITS INTERPRETATIONS BY THE CONTINENTAL
PUBLIC LAW**

ABSTRACT

This study reconstructs the thought of Emmanuel-Joseph Sieyès on the constituent assembly, within the context of the bourgeoisie revolution in France during the 18th

¹ Professora adjunta da Universidade Federal do Ceará, com atuação na área de teoria da constituição e vinculada ao programa de pós-graduação em Direito da UFC. Universidade Federal do Ceará

Versão em português recebida em 29/10/2013, aceita em 05/06/2014, e autorizada para publicação em 24/06/2014

century. The central objective is to identify the historical origin of the theory behind the constituent assembly, establishing the original concepts in order to enable critical analysis of the re-readings that were produced by the continental publicist doctrine in the 19th and 20th centuries. Sieyès is recognized as an important thinker in the area of political philosophy, who made a critical contribution to the modern definition of constitution, as well as to its democratic path of construction based on constitutional processes. This work is part of a broad project of research and re-discussion of the classic theory of the constituent assembly, in order to evaluate whether the traditional theory can explain the contemporary constitutional realities and the social and political demands experienced at the time of change in the constitutional order.

KEYWORDS: Constituent power. Sieyès. Constitutional theory.

INTRODUÇÃO

A história constitucional do século XX é uma história de mudança. De acordo com um levantamento feito por Nolte e Schilling-Vacaflor, das quase 200 constituições existentes no mundo hoje, mais da metade foi escrita ou reescrita no último quarto do século (NOLTE; SCHILLING-VACAFLOR, 2012). A experiência de invocação e condução de processos constituintes tem sido uma realidade constante entre as democracias europeias e também entre as sociedades em vias de redemocratização, como é o caso das repúblicas latino-americanas, como o Brasil.

A necessidade de um arcabouço teórico que seja capaz de orientar a práxis constituinte renovou a preocupação com a sistematização de uma teoria geral do poder constituinte que possa elucidar o que representa o ato de elaborar uma nova constituição, suas consequências e importância. É preciso, ainda, de guias de ação que possam instrumentalizar a organização dos debates em torno da elaboração do texto constitucional. Uma teoria do poder constituinte é, assim, uma necessidade urgente não só teórica como prática.

A figura do abade Emmanuel-Joseph Sieyès é identificada quase que unanimemente pela doutrina constitucionalista como a responsável pelas primeiras teorizações acerca do tema na história do direito constitucional europeu. Pontua

Bonavides que Sieyès tem o mérito de *haver feito a Ciência progredir com a “descoberta” desse conceito, extraído das páginas de sua monografia sobre o terceiro estado* (BONAVIDES, 2013:148).

Mannoni acredita que é tempo de atribuir a Sieyès o mérito de sua contribuição à história conceitual do direito público europeu. Isso porque, *partindo de um núcleo coerente de premissas, a doutrina de Sieyès internaliza todas as tensões de seu tempo*, sendo capaz de esclarecer boa parte das dúvidas acerca dos objetivos, valores e contradições da revolução (BONAVIDES, 2013:148). Segundo o intérprete italiano, nenhuma teoria esteve tão ligada à experiência viva da revolução, nos seus momentos mais criativos e trágicos.

Considerando sua influência sobre a doutrina publicista, é possível identificar no pensamento de Sieyès o embrião filosófico das concepções sobre o poder constituinte que se encontra nos manuais publicistas dos sistemas jurídicos continentais desde o século XIX, notadamente o francês, o alemão e o italiano, que se identificam mais fortemente com a tradição iluminista francesa e com o modelo do estado burguês de Direito.

Neste artigo, busca-se recuperar a argumentação de Sieyès em favor de uma assembleia constituinte formada pela nação francesa, contextualizando-a historicamente e compreendendo os reflexos de sua proposta para o surgimento de uma teoria do poder constituinte, com vocabulário, características e problemática próprios, a partir do século XIX. Trata-se, assim, de uma tentativa de “reconstrução” de um pensamento político e da análise de sua recepção pelos publicistas continentais.

Estruturado em três partes, o trabalho se inicia com a breve análise do contexto histórico em que Sieyès gestou e publicou sua obra política, bem como das influências que podem ser percebidas em seu texto por força de alguns fatos políticos e de sua vida pessoal. Trata-se, assim, de compreender o homem em seu tempo histórico, cuidado metodológico que precisa ser tomado para se evitar o risco de anacronismo. Em seguida, interpreta-se o texto da obra principal de Sieyès sobre o processo constituinte, *O que é o terceiro estado?*, panfleto revolucionário que exerceu importante influência

na difusão de um pensamento constituinte burguês. É interessante avaliar, nesse ponto, o diálogo entre a obra e outros escritos do autor, notadamente aqueles de economia política publicados anos antes. Por fim, analisa-se, com referência na monografia de Paul Bastid (BASTID, 1939) e no levantamento bibliográfico de Alain Laquièze (LAQUIÈZE, 2005), a recepção das ideias de Sieyès pela doutrina publicista continental.

1 A REVOLUÇÃO E O PENSAMENTO CONSTITUCIONALISTA FRANCÊS NO SÉCULO XVIII

1.1 As Metodologias Da “Reconstrução” De Um Pensamento Político E O Risco Do Anacronismo

Propor a reconstrução do pensamento de Sieyès como caminho para sistematização de uma teoria do poder constituinte é um caminho repleto de riscos metodológicos, dado intervalo temporal existente entre a publicação da obra *O que é o terceiro estado?*, em 1789, e sua releitura nos tempos atuais. Desenvolvida no contexto de um processo revolucionário que representou a completa transformação na estrutura do poder no mundo europeu, a obra de Sieyès precisa ser lida, tanto quanto possível, com o olhar voltado para o momento em que foi escrita, tanto no que tange ao vocabulário empregado, como na intencionalidade subjacente ao texto, seus propósitos e repercussões imediatas.

O cuidado metodológico com uma historiografia conceitual rigorosa foi o objeto de atenção de duas escolas de pensamento: a História dos Conceitos, de matriz alemã, que tem o nome de Reinhart Koselleck como seu principal expositor, e a chamada Escola de Cambridge, cujo nomes como Quentin Skinner despontam entre os teóricos pesquisadores mais relevantes. Enquanto a História dos Conceitos alemã enfoca especificamente o processo de construção e das múltiplas ressignificações dos conceitos políticos (como estado e poder constituinte, por exemplo) tomados isoladamente – o

objetivo é a compreensão do termo e da ideia a ele agregada² –, a Escola de Cambridge busca analisar os vários sentidos que os termos e as ideias políticas podem assumir em determinado texto, tendo em vista o seu emprego pelo autor. Trata-se, neste último caso, de uma perspectiva pragmática sobre os usos da linguagem: o que importa é interpretar o sentido desejado ou manifesto pelo autor no seu texto, não fazendo sentido, assim, a análise do termo (e seu conceito) independentemente de uma produção textual concreta.

O esforço de criação de uma metodologia da história do pensamento político objetiva, em última análise, afastar um erro frequente: *projetar expectativas do presente sobre o estudo dos autores do passado, produzindo interpretações que não correspondem ao que esses autores de fato pretenderam comunicar através de seus escritos* (JASMIN; FERES JÚNIOR, 2006:15). Desse modo, é preciso compreender que não é possível impor *aos autores do passado problemas e linguagens que são exclusivos do presente do estudioso* (JASMIN; FERES JÚNIOR, 2006:15).

As propostas de Quentin Skinner e John Pocock, integrantes da chamada Escola de Cambridge e influenciadas diretamente pela filosofia da linguagem e pela a teoria dos atos de fala, podem ser úteis para a compreensão da influência de Sieyès na criação de uma teoria do poder constituinte, pois o enfoque se dá sobre a obra no seu tempo e o diálogo dela com as publicações posteriores acerca do poder constituinte. Na tentativa de “reconstruir” o pensamento do filósofo francês, é fundamental utilizar como critério metodológico a concepção de validade da interpretação segundo a qual *uma interpretação deve alcançar algo que o próprio autor aceitaria como uma descrição correta daquilo que ele quis dizer ou fazer* (JASMIN; FERES JÚNIOR, 2006:15).

Enfrentar o autor no seu tempo constitui uma postura de análise e tem como objetivo *aprender a ler e reconhecer os diversos idiomas do discurso político da forma pela qual se encontravam disponíveis na cultura e na época em que o historiador está estudando* (POCOCK, 2003:29).

² A distinção fundamental entre termo e conceito é a base da proposta da História conceitual alemã, como esclarece Richter. Um dos objetivos da história dos conceitos é entender as continuidades e descontinuidades do vocabulário político, tendo em vista os diversos usos dos termos e dos conceitos a eles agregados. Cf. RICHTER, Melvin. **The history of political and social concepts: a critical introduction**. Oxford: Oxford University Press, 1995, pg. 9.

Desse modo, algumas considerações devem ser fixadas previamente e orientarão a análise da obra de Sieyès. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que, com a publicação de “*O que é o terceiro estado?*”, não objetivou Sieyès, de forma intencional e explícita, criar uma “teoria do poder constituinte”, com o rigor científico que uma proposta teórica exige. A obra, de viés panfletário, parece ter servido muito mais como discurso de exortação revolucionária do que propriamente uma publicação de cunho científico. Por essa razão, é preciso – e aqui se tem o segundo ponto – fazer uma distinção entre o texto/a intenção do autor e sua recepção posterior. Assim esclarece Pocock, ao apresentar uma objeção usual à proposta de Skinner: *as palavras de um autor não são dele próprio, na medida em que a linguagem que ele usa para efetivar suas intenções pode ser tomada dele e utilizada por terceiros em vista de outros efeitos* (POCOCK, 2003:29).

De acordo com a linha de argumentação de Pocock, é possível sustentar que existem “dois” Sieyès: aquele dos escritos originais de fins do século XVIII, o qual escreveu, em seu tempo, com foco na condução dos acontecimentos políticos da revolução; e o Sieyès das releituras posteriores, as quais já o identificam como o “pai” da teoria do poder constituinte. Essa atribuição da teoria ao autor, portanto, é um *constructo*, ainda que se reconheça uma continuidade no pensamento do pensador francês e de seus intérpretes posteriores.

Nos item seguinte será apresentado o ator social – Emmanuel-Joseph Sieyès – político e pensador, antes que se proceda à análise do seu texto. O objetivo dessa breve análise biográfica é entender de forma mais completa e contextual o sentido atribuído ao texto pelo próprio autor, quando da publicação de sua obra. Antes da linguagem empregada, analisa-se, portanto, aquele que a emprega: duas faces que podem constituir perspectivas de análise diferenciadas, ainda que sempre complementares.

1.2 Emmanuel-Joseph Sieyès: O Político E O Pensador

Nascido em 1748 no seio de família católica, Emmanuel Joseph-Sieyès recebeu uma educação fortemente marcada pelo ideário iluminista, quando teve contato com a

filosofia política de John Locke e dos enciclopedistas franceses como Diderot e D'Alembert. Internalizando toda a tensão de seu tempo, a doutrina de Sieyès constitui, conforme esclarece Mannoni, um dos principais motores das forças que modelaram as instituições constitucionais da nação revolucionária francesa no seu momento de maior vigor criativo (MANNONI, 2000:27).

Ao contrário de Rousseau, defensor de uma ideia de soberania popular radical contrária aos sistemas representativos, Sieyès propõe um modelo fundado nas limitações pessoais e institucionais de seu tempo. Pasquino, em análise dos manuscritos do abade, identifica a influência dos estudos em economia política desenvolvidos por Sieyès entre os anos de 1770 e 1785 sobre sua visão de estado e sociedade. Os escritos de Sieyès manifestam, no dizer de Pasquino, não apenas conceitos, mas tomadas de decisão sobre uma *forma de governo adequada* (PASQUINO, 1987:221) para as sociedades comerciais da Modernidade, identificadas com o modelo representativo.

Considerando imprópria a inspiração política das sociedades antigas, por falta de semelhança, Sieyès se propõe a analisar a especificidade da sociedade moderna, influenciada pela intensificação do comércio e pela divisão do trabalho – entendendo este como o próprio princípio da *société commerçante*. A generalização do trabalho, o crescimento das manufaturas e da complexidade e diversidade das funções são identificados por Sieyès como o motor de desenvolvimento da sociedade burguesa, sendo o modelo representativo aquele que melhor se adapta a essa dinâmica de organização social (PASQUINO, 1987: 221).

O pensamento político de Sieyès, portanto, longe de constituir uma doutrina em prol da ilimitação total do poder de povo, é uma proposta de contenção do Estado, o que fica evidente nos seus escritos sobre o *jury constitutionnaire*. De acordo com o pensador francês, ele constitui *um limite à ameaça representada pelo poder exorbitante da assembleia legislativa* (PASQUINO, 1998:13). Seus temores com a atribuição de uma soberania ilimitada mesmo à nação são coerentes com a criação de um órgão estatal autônomo, voltado à preservação da supremacia da constituição.

Para Pasquino, Sieyès teve o grande mérito de haver pensado de forma original um controle de constitucionalidade conferido a um órgão especializado, controle esse que se ampara em uma visão hierarquizada do sistema de normas e na crença da “superlegalidade” (*superlegalité*) da constituição (PASQUINO, 1998:12). A influência dessa técnica de controle da supremacia da constituição sobre as ordens constitucionais europeias foi notória por todo o século XX:

Foi este modelo constitucional que, repensado por Hans Kelsen, se impôs muito mais tarde nas constituições europeias após a Segunda Guerra Mundial (e me refiro aqui particularmente aos sistemas parlamentares como o alemão e o italiano, dois países que, como a França do ano III, haviam acabado de sair da experiência de um governo “despótico”) (PASQUINO, 1998:13).

A ideia de um controle de constitucionalidade é coerente com a estrutura política do estado burguês: um meio de controle do excesso de poder estatal, constituiria uma importante ferramenta na afirmação da supremacia normativa da constituição sobre os poderes instituídos, compreendidos como poderes limitados.

Sieyès, além de pensador político, pode ser identificado como um dos principais atores do movimento revolucionário francês. No ano de 1789, fundamental para a deflagração concreta da subversão do regime monárquico, ocorre a convocação da assembleia dos Estados Gerais, instância deliberativa organizada por classes sociais vinculada à estrutura do Estado absolutista francês no Antigo Regime.

Um aspecto interessante da dinâmica de votação dos Estados Gerais – ponto que mereceu atenção de Sieyès na obra *O que é o Terceiro Estado?* – diz respeito ao peso atribuído aos votos de cada uma das classes representadas (nobreza, alto clero e terceiro estado): embora gozasse de maioria numérica, o terceiro estado, representando a classe burguesa, não gozava de maioria política, na medida em que o peso atribuído aos votos dos representantes da nobreza e do clero era diferenciado – na proporção de dois para um.

A reação revolucionária que motivou a transformação da assembleia dos estados gerais em uma proclamada “assembleia nacional constituinte” pode ser vista como resultado da insatisfação da classe burguesa ante a dificuldade do regime monárquico de

reconhecer uma distribuição mais igualitária dos direitos políticos entre as diversas camadas sociais. É nesse sentido que Sieyès vai sustentar a legitimidade do sistema de votação *por cabeça* e não por classe social, ponto estruturante do modelo representativo concebido na primeira constituição republicana.

A convocação da assembleia nacional constituinte teve a figura de Sieyès como um de seus idealizadores principais. O célebre discurso proferido no salão do *Jeu de Paume*, no castelo de Versailles, redigido por Sieyès, sintetizava o compromisso assumido entre os membros da assembleia constituinte em permanecerem unidos, enfrentando a oposição monárquica, até o advento da nova constituição, responsável pela manutenção da ordem e da soberania da nação. Esta “primeira” assembleia revolucionária vai durar, como esclarecem Furet e Ozouf, dois anos, até o advento efetivo da Constituição de 1791 (FURET; OZOUF, 2007:45).

Deve-se considerar, portanto, na leitura da obra de Sieyès, que longe de constituir uma reflexão filosófica distante dos fatos e desinteressada, sua obra foi utilizada como importante ferramenta ideológica do processo revolucionário, de forma explícita. Sendo o seu autor um ator engajado da revolução, parece claro o uso político de seu próprio texto na difusão de um ideário que se autoproclamava libertador das antigas estruturas de organização do poder. O teor panfletário de “*O que é o terceiro estado?*” torna evidente o seu uso político como uma espécie de carta de exortação à classe burguesa, na busca de uma adesão intelectual ao empreendimento revolucionário.

2 A OBRA DE SIEYÈS E SUA REPERCUSSÃO TEÓRICA E POLÍTICA: O NASCIMENTO DA TEORIA DO PODER CONSTITUINTE DO ESTADO DE DIREITO BURGUESES

Reconhece Sieyès as dificuldades de instituição de uma democracia direta no contexto social da Europa do século XVIII, sendo elas de várias ordens: a falta de formação política dos indivíduos, a necessidade de dedicação às atividades econômicas de produção, a ausência de interesse direto na participação dos negócios públicos. Fundamental, portanto, para a ordem constitucional pós-revolucionária, que se estruture

um corpo assemblear formado por uma classe profissional de representantes políticos. *Sieyès não compartilha da ideia difundida entre os republicanos radicais de que a governo representativo é um mal necessário. Ele crê que o governo é um instrumento útil e precioso, desde que bem constituído* (MANNONI, 2000:50).

Compreendendo que a revolução deve ter como consequência fundamental a criação de uma nova ordem estatal, com instituições e regras de participação condizentes com o anseio da burguesia, desenvolve Sieyès o conceito de poder constituinte como manifestação da soberania da nação.

Para Sieyès, seria o poder constituinte a potência capaz de criar uma nova ordem jurídica, de rompimento com a anterior, cujo resultado é a criação do texto constitucional. É o poder constituinte, nesse sentido, um poder revolucionário, pois seu exercício é condicionado à mudança do fundamento de validade do ordenamento jurídico. Carré de Malberg identifica Sieyès com o grande teórico da soberania constituinte do povo, ao estabelecer que tal soberania se manifesta na forma de um poder constituinte:

Ao mesmo tempo em que colocava, de forma incontestável, o poder constituinte nas mãos do povo, Sieyès – que, comungando do espírito de sistematização lógica próprio dos homens da Revolução, unia uma visão muito clara dos problemas e necessidades políticas daquela época a um sentido muito prático das soluções úteis – admitia, inclusive em matéria constituinte, a aplicação do regime representativo, ao qual concedia amplo lugar em seu plano de reorganização política (MALBERG, 2000:1.165).

Para Sieyès, a “soberania do povo” se confunde com a “soberania nacional”. O francês introduz a noção de representação como constitutiva do exercício da soberania, através da figura do mandato. O autor estabelece uma forma de representação nacional *tal que os eleitos sejam independentes dos eleitores e só recebam seus poderes da Constituição* (GOYARD-FABRE, 2002:184). O direito ao voto tem o seu exercício restrito, portanto, à escolha do representante, que assume, no momento da investidura, uma importância e vontade próprias, autônomas dos anseios do representado. É nessa transição que a soberania popular se converte em soberania nacional.

Para Sieyès, o modelo de um governo *mediato*, na qual esteja conservada uma distância entre os que governam e os que são governados representa um considerável avanço em relação às sociedades antigas, nas quais os indivíduos eram chamados a participar diretamente dos assuntos públicos – que, na visão de Sieyès, só era possível graça à existência de uma classe de escravos destinados à produção da riqueza (PASQUINO, 1987:225). Em uma sociedade comercial, na qual o crescimento demográfico e a divisão das profissões e ofícios estão presentes, o governo representativo torna possível ao indivíduo dedicar-se às suas tarefas particulares, sem a urgência na participação das decisões fundamentais do estado.

O representante, portanto, *libera* o indivíduo para que possa trabalhar, reconhecendo que a existência de uma classe profissional de representantes legislativos é um sintoma do crescimento da sociedade e do incremento da complexidade social. A compreensão de Sieyès sobre como os aspectos econômicos influenciam a dinâmica social são, portanto, determinantes para o surgimento de sua teoria sobre o poder constituinte, na qual é possível vislumbrar a participação decisiva dos representantes na positivação da vontade da nação. Nas palavras do abade *os trabalhos particulares e as funções públicas* são os motores responsáveis por uma nação próspera (SIEYÈS, 1789:5).

Segundo Pasquino, que compartilha a opinião de Manonni, a influência imediata de Sieyès na França não foi significativa, especialmente na comparação com o impacto ideológico que as obras de Montesquieu e Rousseau provocaram no ideário revolucionário (PASQUINO, 1998:9). Apesar disso, a teoria constitucionalista de matriz europeia identifica a obra de Sieyès como um marco nos estudos sobre o poder constituinte.

Segundo Horta, *no final do século XVIII, quando se concebeu a clássica doutrina desse poder, Sieyès já oferecia as características do criador da nova Constituição* (HORTA, 2010:3). Embora sua visão sobre a sociedade e o poder possa ser extraída do conjunto de manuscritos de sua obra, é com a monografia “O que é o terceiro estado” que Sieyès não só apresenta como exorta os companheiros revolucionários ao exercício do poder constituinte.

A obra *Qu'est-ce que le tiers état?*, publicada na França em janeiro do ano de 1789, busca responder a três indagações apresentadas pelo autor já no primeiro capítulo: *o que é o terceiro estado?; o que ele tem sido até o momento na ordem política?; o que ele almeja?*. Na primeira parte da obra, Sieyès apresenta as principais funções e atividades econômicas distribuídas na sociedade, mostrando que a força produtiva está na concentrada na atividade da classe burguesa, identificada com o terceiro estado. Natural, portanto, que seja a classe burguesa – identificada como *nação* – a titularizar o poder legítimo, pois *o terceiro estado alcança tudo o que pertence à nação; e tudo que não faz parte do terceiro estado não pode ser considerado como pertencente à nação. O que é o terceiro estado? Tudo* (SIEYÈS, 1789:14).

Segundo o raciocínio de Sieyès, a condição de liberdade dos indivíduos é a previsão de direitos e não de privilégios, tradicionalmente associados à nobreza aristocrática (SIEYÈS, 1789:18).. Para o francês:

Sigamos o nosso argumento. Entenda-se por terceiro estado o conjunto de cidadãos que pertencem à ordem comum. Todo aquele que é privilegiado pela lei, de qualquer modo que o seja, sai da ordem comum, fazendo-lhe exceção, e, conseqüentemente, não faz parte do terceiro estado (SIEYÈS, 1789:18).

Constata-se na retórica de Sieyès uma tentativa clara de fundamentar a mudança na ordem política, representada pela destituição da monarquia e pela consolidação do governo republicano. Naquele período da história, reconhece o abade que o terceiro estado *não teve verdadeiramente representantes nos poderes estatais, razão pela qual seus direitos políticos são nulos* (SIEYÈS, 1789:27), ineficazes.

O povo, assim, *quer ser alguma coisa*, entendida como representação nos poderes instituídos (SIEYÈS, 1789:28). Neste ponto, Sieyès cuida de apresentar uma visão embrionária do critério de representação majoritária, ao reconhecer a injustiça de que o valor dos votos seja igualmente distribuído entre as classes da nobreza, da igreja, e do povo. O entendimento do abade é que se mostra fundamental reconhecer que o voto tenha seu peso não pela ordem a que pertence, mas pela quantidade de votantes (*par têtes et non par ordres*) (SIEYÈS, 1789:29).

O terceiro estado, então, apresenta como reivindicações que seus representantes sejam provenientes da própria classe; que o número de seus representantes seja equivalente ao das outras ordens; que o voto seja apreciado não pela ordem, mas por cabeça. Para alcançar tais objetivos, propõe Sieyès que é preciso fazer uma constituição, já que toda nação *deve ser livre* e tal liberdade é assegurada pela preservação do direito de eleger o representante. O modo de governo proposto pelo abade é, portanto, um governo *por procuração*, construído em face do conceito de *vontade comum representativa* (SIEYÈS, 1789:108).

Para que o governo representativo seja instituído, mostra-se fundamental elaborar uma nova constituição, condizente com os anseios e princípios apresentados pelo abade em sua obra de exortação. Para Sieyès, *é impossível criar um corpo para um fim sem dar-lhe uma organização, formas e leis próprias ao atendimento das funções que quisemos lhe atribuir. Eis o que chamamos a constituição desse corpo* (SIEYÈS, 1789:109). Tem-se um conceito instrumental de constituição, na medida em que sua elaboração está vinculada ao atendimento de determinados fins, em especial o dever de obediência dos governos à vontade da Nação.

No percurso argumentativo desenvolvimento pelo abade francês, a constituição tem a função de positivar normas associadas à segurança jurídica, na medida em que *é possível encontrar uma multiplicidade de precauções políticas que se inseriu na constituição, as quais são regras essenciais ao governo, sem as quais o exercício do poder torna-se ilegal* (SIEYÈS, 1789:109). A preocupação manifesta na obra é condizente com o temor burguês em relação ao estado, responsável histórico pela privação da liberdade econômica necessária à *société commerçante*.

Sieyès faz questão de esclarecer que a nação é anterior ao governo, é o que lhe legitima a ação: trata-se a nação da *origem de tudo* (SIEYÈS, 1789:111). Nesse sentido, o governo deve mostrar-se fiel à vontade da nação, manifesta por procuração através da vontade dos representantes eleitos, que não tem qualquer vinculação em relação às pretensões individuais dos eleitores. O mandato, portanto, pressupõe uma espécie de *irresponsabilidade originária* do mandatário, que não se obriga a consultar o interesse daquele que o investiu de poderes.

A vontade dos eleitores em uma *bailliage*³ é necessariamente uma vontade particular em relação à vontade da nação em sua totalidade, sublinhava Sieyès, razão pela qual um deputado, em sua qualidade de representante da nação, não pode jamais estar submetido a esta vontade particular (FURET; OZOUF, 2007:196).

Considerando que o francês entende ser uma prova de desenvolvimento civilizatório a divisão do trabalho e a crescente especialização das funções, mostra-se natural que o representante – aquele que exerce profissionalmente a função de governar – tem melhores condições de avaliar e gerir os assuntos do Estado. É por esse motivo que, no raciocínio do abade, uma vez eleito, o mandatário não pode ter sua autonomia restringida pela vontade dos eleitores.

O representante é responsável por manifestar a vontade da nação, uma vontade que se qualifica como *sempre legal*, como sendo *a própria lei* (SIEYÈS, 1789:111). E a constituição, neste processo, é o conjunto de formas, procedimentos e limites que permite a manifestação da vontade no exercício dos poderes constituídos.

Nesse ponto, diferencia Sieyès o conceito de poder constituído – limitado, restringido pelas *precauções políticas* previstas na constituição – daquele de poder constituinte – originário, cujo exercício representa a positivação da vontade da Nação. A constituição – enquanto obra fundamental – é, no dizer do francês, a obra de um poder constituinte, um poder voltado à organização do governo. Um poder prévio, portanto.

Identifica Sieyès a reconstrução do estado nos modelos propostos pelo terceiro estado com o necessário exercício do poder constituinte, que originará a criação da constituição do governo da liberdade. A vontade do terceiro estado é *ser qualquer coisa*, sair da influência da opressão e das restrições que lhe impedem o pleno exercício de suas atividades econômicas e a sua participação nos assuntos legislativos.

Furet, Ozouf *et ali* esclarecem que foi Sieyès o responsável pela construção de um conceito positivo de constituição, diferente do conceito puramente histórico utilizado até então:

³ O termo, sem um correlato próprio para o português, refere-se à divisão territorial administrativa da França ao tempo do processo revolucionário a que se faz referência neste texto, razão pela qual se optou por manter sua escrita no original.

Sieyès, em verdade, atacou o sentido tradicional de constituição entendida como uma ordem social e política inerente à natureza das coisas e o substituiu pela noção de instituição de um governo. Em sua refutação aos argumentos dos privilegiados em favor do uso tradicional do termo, Sieyès foi levado a afirmar que a existência da nação como o cerne da realidade política, imediatamente presente e anterior a toda forma constitucional (FURET; OZOUF, 2007:185).

Sendo a nação a titular da vontade última, sempre legal, não se revela lógica a impossibilidade de mudança da constituição sob argumento de violação da ordem natural das coisas. É contra o argumento transcendente de um poder estabelecido para além da convenção que se insurgem Sieyès e toda a tradição filosófica da ilustração, em especial Rousseau. O contratualismo, assim como a teoria do poder constituinte manifesta por Sieyès, são tentativas de desconstrução de um argumento que associa a existência de privilégios a uma ordem insuperável, estabelecida pela natureza, insuscetível de mudanças provocadas pelo homem. Segundo Furet, Ozouf *et ali*, *isto posto, não era possível sustentar que a nação estava presa a arranjos sociais ou políticos já existentes, em nome de uma constituição anterior* (FURET; OZOUF, 2007:185).

A função da constituição, dentro do processo revolucionário francês – profundamente ligado a toda construção filosófica da Ilustração – era, assim, de *criação* de um novo modelo de organização do poder, motivado pela transformação vivida na estrutura social.

No item seguinte, será analisada a recepção de Sieyès pela doutrina publicista dos séculos XIX e XX. O objetivo é investigar o impacto do ideário do abade francês para o desenvolvimento de uma teoria homogênea do poder constituinte burguês.

3 A RECEPÇÃO DE SIEYÈS E O LEGADO REVOLUCIONÁRIO: UM OLHAR SOBRE A DOUTRINA PUBLICISTA CONTINENTAL ACERCA DO PODER CONSTITUINTE

O pensamento constitucional da Europa no século XIX é, como diz Saldanha, fortemente impregnado pelo *timbre racionalista-leigo-burguês*, e se define como uma

resultante da formação do Estado de Direito moderno (SALDANHA, 2000:20), sendo o *modelo de experiência revolucionário-constitucional* da França o mais influente de todos (SALDANHA, 2000:68). Para Saldanha:

Um tanto porque a França, quando da Revolução, vinha de seu apogeu (Spengler mesmo chegou a escrever a cultura ocidental durante o século dezessete foi cultura francesa). Um tanto porque ela estava no próprio cerne do continente europeu – não numa ilha à parte nem do outro lado do oceano –, e, portanto, no palco mais visível para as evidências históricas e a persuasão ou influência. E um tanto porque os componentes da Revolução francesa, que foi também revolução constitucionalizante, se universalizaram de modo especial, se apresentaram exemplares e modelares aos olhos do mundo (SALDANHA, 2000:68).

A “universalização” que menciona Saldanha deve ser compreendida dentro de uma perspectiva eurocêntrica, isto é, significa a capacidade de influência ideológica, despertando movimentos políticos semelhantes em países herdeiros da tradição jurídica e cultural da Europa, como o Brasil. Não se pode entender a revolução cultural vivida na Modernidade no continente europeu como uma revolução mundial, no sentido que a *universalização* mencionada por Saldanha pode sugerir.

É evidente a importância do trabalho de sistematização operado pelos publicistas franceses, desde a Revolução, para a disseminação das suas ideias e do ideário do movimento constitucionalista, razão pela qual se mantém, como referencial teórico para a análise do poder constituinte, neste trabalho, a teoria considerada clássica. Percebe-se que os conceitos, as definições e as classificações sobre o poder constituinte, além das teorizações sobre o seu exercício, seguem o modelo formulado pela escola liberal ilustrada por Sieyès, identificado como o primeiro criador de uma *teoria sobre o poder constituinte*.

Laquière sustenta a tese de que somente entre os professores de direito público da terceira república é possível encontrar um resgate da contribuição do Sieyès para os estudos constitucionais (LAQUIÈRE, 2005:230). Essa intuição vai ao encontro da conclusão de Pasquino (PASQUINO, 1998:9), que reconhece a inexistência de grande influência dos escritos de Sieyès em um primeiro momento, em relação à popularidade assumida por Montesquieu e Rousseau.

Dentro da proposta de “reconstrução” do pensamento de Sieyès a partir de suas múltiplas releituras, pode-se concentrar a análise em torno de publicistas franceses que se debruçaram especialmente sobre a temática do poder constituinte, já na passagem do século XIX para o século XX: Paul Bastid, Adhémar Esmein, Georges Burdeau e Carré de Malberg.

Paul Bastid teve uma importância fundamental ao identificar Sieyès como o “pai do direito público francês” em sua monografia publicada originalmente em 1939, intitulada “Sieyès et sa pensée”. Na obra, Bastid busca “restabelecer a continuidade” de seu pensamento e livrar o personagem de injustiças históricas derivadas de más interpretações (BASTID, 1939:8).

Conforme esclarece Bastid, reforçando a tese de que não foi intenção de Sieyès firmar uma teoria constitucional ou teoria do poder constituinte, a produção do abade foi marcada pela fragmentação e falta de sistematicidade, razão pela qual, não obstante sua magnitude, não deixou nenhum tratado filosófico nos moldes tradicionais. A tese do uso político de seus escritos – mais que um uso eminentemente “teórico” – é confirmada pela informação trazida por Bastid de que, somente no ano de 1789, a obra “O que é o terceiro estado?” ganhou quatro edições, sendo que somente na última delas foi indicada a autoria de Sieyès – a obra, portanto, durante meses circulou como discurso de conscientização política e não propriamente como uma reflexão filosófica (BASTID, 1939:317).

Esmein identifica Sieyès como mentor do modelo representativo que se consagrou nas repúblicas ocidentais, reconhecendo que a adoção do modelo, por si só, não implica uma violação ao princípio da soberania nacional. Para Esmein, o problema maior da proposta de Sieyès consiste na objeção à representação de interesses particularistas de grupos ou classes. Isso porque, como indica Esmein, a ideia de representação política pensada por Sieyès partia da abstração de que cada representante atuasse em nome do interesse da sociedade como um todo e não de grupos isolados, razão pela qual o pensador francês propôs mesmo a proibição de corporações e associações de interesses – à semelhança, por exemplo, dos partidos políticos de hoje (ESMEIN, 1921:314).

A partir da lógica do modelo representativo de Sieyès, como esclarece Esmein, o fundamento dos poderes de decisão do representante eleito não provinham da circunscrição eleitoral de sua origem, mas da nação como um todo, não se admitindo, assim, nenhuma “subdivisão do povo” (ESMEIN, 1921:314). Tem-se aí a pressuposição lógica da tese da irresponsabilidade do representante eleito em relação à vontade de seu eleitor: na medida em que o parlamentar representa a totalidade do povo e não grupos sociais específicos, sua vontade não há de corresponder necessariamente à vontade de quem o elegeu. Não há sentido, portanto, conforme o pensamento de Sieyès, pensar em um “mandato”, algo que indica uma subordinação e limitação ao poder de decisão do parlamentar (ESMEIN, 1921:318).

A crítica de Esmein à concepção de Sieyès sobre a relação entre eleitor e representante radica na limitação pensada pelo abade à defesa de interesses particulares no âmbito legislativo, simbolizada pela proibição às corporações e associações de caráter político. Isso porque, como esclarece o intérprete e constitucionalista francês, tem-se um claro sacrifício a um dos direitos individuais mais *preciosos*: a liberdade, compreendida como liberdade de pensamento, de expressão, de filiação política (ESMEIN, 1921:314).

O nome do publicista Georges Burdeau, por sua vez, também desponta entre os estudiosos do poder constituinte na França, por força do seu trabalho sistematizador apresentado na obra *Traité de Science Politique* (BURDEAU, 1966). Partindo da distinção conceitual entre poder bruto (ou de fato) e poder jurídico, entendido este como competência, Burdeau reconhece a natureza híbrida do poder constituinte, na medida em que, como salienta o autor, a potência que o poder constituinte detém é “rebelde” a qualquer integração total em um sistema hierarquizado de normas e competências (BURDEAU, 1966:171), ao mesmo tempo em que se define o poder constituinte como o poder inicial criador do próprio ordenamento jurídico⁴.

⁴ As discussões de Burdeau sobre a natureza do poder constituinte – no sentido de responder à indagação sobre se o poder constituinte pode ser definido como poder jurídico – serão detalhadas no tópico seguinte, onde serão analisadas comparativamente as concepções doutrinárias sobre o tema.

O publicista Carré de Malberg insere seu estudo sobre o poder constituinte no arcabouço de sua teoria organicista (MALBERG, 2000:1.161). O autor define o órgão como *um indivíduo ou conjunto de indivíduos cuja vontade se transforma em vontade do estado*, sendo proveniente da constituição. A carta constitucional é entendida como o instrumento por meio do qual o poder da nação pode ser exercido, na medida em que o direito positivo tem o condão de “comunicar” o poder aos diversos órgãos estatais (MALBERG, 2000:1.161).

Não obstante críticas pontuais à concepção de poder constituinte formulada por Sieyès, os doutrinadores franceses partem do consenso de que foi o abade francês o efetivo mentor de um poder revolucionário marcado pela incondicionalidade e pela ilimitação, responsável pela criação da nova ordem constitucional. A importância de um poder de refundação fundado em uma visão de soberania nacional mostrou-se fundamental para o êxito do projeto do estado de direito burguês.

A correlação direta entre teoria do poder constituinte e o sucesso do modelo de estado liberal – posteriormente remodelado para dar conta de novas demandas sociais – é sustentada pela concepção política de constituição como a carta fundacional do Estado, em cujo texto é possível encontrar os valores fundamentais da nação que se afirma.

O sentido moderno de constituição – sua dimensão formal, rígida, garantidora – é extraído de uma concepção de poder que se materializa em um processo concreto de elaboração normativa e cujo produto é a carta constitucional. A função do poder constituinte é, portanto, transformar a potência transformadora do povo em um conjunto de prescrições indispensáveis ao nascimento de um estado que se restringe pela legalidade e pela obediência a garantias e direitos afirmados pelo próprio soberano legítimo.

CONCLUSÕES

A compreensão da dinâmica política e social presente no processo de elaboração de uma nova carta constitucional pode oferecer ao estudioso de direito constitucional

luzes sobre aspectos teóricos como: efetividade normativa e legitimidade, além de ser um caminho para investigar o modo como a sociedade se percebe, enquanto corpo político. O processo constituinte é visto, assim, como um momento de tensão, simbolizado pela ruptura normativa, no qual as forças sociais apresentam-se de forma mais explícita em sua tarefa de reconstruir o Estado a partir de novas bases valorativas e novas instituições.

O estudo mais aprofundado sobre o poder constituinte se insere, assim, em um projeto global de compreensão da constituição não só em seu sentido puramente jurídico, mas de todo o simbolismo envolvido na tarefa de realização de seu texto normativo.

Neste trabalho, o objetivo foi avaliar, a partir de um retrospecto histórico, a colaboração de Sieyès para o desenvolvimento de uma teoria do poder constituinte, pensada para legitimar politicamente o estado de direito burguês, e sua recepção pelos publicistas franceses nos séculos XIX e XX.

Constata-se que, embora não fosse o interesse manifesto do abade francês a publicação de um tratado filosófico sobre o poder constituinte, sua obra “O que é o terceiro estado?” exerceu um importante papel em sedimentar uma linha de investigação para o direito público continental: é preciso pensar no poder que elabora a constituição, seus limites, sua função, seu procedimento.

Algumas indagações podem nortear a continuidade do estudo, situado em um projeto mais amplo de compreensão do poder constituinte como categoria básica da teoria da constituição: como a teoria do poder constituinte, elaborada a partir de postulados clássicos e liberais, pode ser revista em face das transformações de pensamento operadas com o desenvolvimento da reflexão filosófica no século XX?

A recuperação histórica das origens do poder constituinte é o primeiro passo desse projeto, que busca recuperar criticamente as releituras sobre o poder constituinte e pensá-las à luz dos desafios constitucionais do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BASTID, Paul. **Sieyès et sa pensée**. Paris: Hachette, 1939.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2013.

BURDEAU, Georges. **Traité de Science Politique**. Paris: Librairie Générale de Droit et Jurisprudence, 1966.

ESMEIN, Adhémar. **Éléments de Droit Constitutionnel Français et Comparé**, 7^a ed. Paris: Recueil Sirey, 1921.

FURET, François; OZOUF, Mona *et ali*. **Dictionnaire critique de la révolution française: Institutions et Créations**. Paris: Flammarion, 2007.

GOYARD-FABRE, Simone. **Os Princípios Filosóficos do Direito Político Moderno**, tradução de Irene Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HORTA, Raul Machado. **Direito Constitucional**, 5^a edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

JASMIN, M. G.; FERES JÚNIOR, J (coords.). **História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual**. Rio de Janeiro: Edições Loyola e Editora PUC-Rio, 2006.

LAQUIEZE, Alain. *La réception de Sieyès par la doctrine publiciste française du XIX^{ème} et du XX^{ème} siècles*. In: **Revista Electrónica de Historia Constitucional**, nº 6, 2005.

MANNONI, Stefano. *La dottrina costituzionale di Sieyès*. In: **Quaderni Fiorentini: per la storia del pensiero giuridico moderno**, n.29, Milano, 2000.

NOLTE, Detlef; SCHILLING-VACAFLOR, Almut. **New Constitutionalism in Latin America: Promises and Practices**. Surrey: Ashgate, 2012.

PASQUINO, Pasquale. **Sieyès et l'invention de la constitution en France**. Paris: Editions Odile Jacob, 1998.

_____. *Emmanuel Sieyès, Benjamin Constant et le “gouvernement des modernes”*. *Contribution à l’histoire du concept de représentation politique*. In: **Revue Française de Science Politique**, Ano 37, nº 2, 1987, pg. 214-229.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**, tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: EDUSP, 2003.

SALDANHA, Nelson. **Formação da Teoria Constitucional**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.